

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio do EstadoClass.: Org. de ApoioData: 18 de Agosto de 1989Pg.: 74

Entidade pode processar administrador da Funai

A sociedade Projeto Kaiowá-Nandeva (PKN) prometeu ontem processar o administrador regional da Funai em Amambai, Liberato Itamar Arriola, porque classificou técnicos da PKN de "grupo de agitadores" e "mentirosos". As acusações foram feitas por Itamar em julho, motivado pela briga que mantém com a Prefeitura de Amambai pela alfabetização dos índios guarani.

O advogado da PKN, Jorge Ney Corrêa Rodrigues, distribuiu nota dizendo que as declarações de Itamar "são, no mínimo,

temerárias e extremamente tendenciosas, desvirtuadas e levianas, razão pela qual a assessoria jurídica do PKN tomará as medidas judiciais pertinentes". A nota do advogado também nega que a entidade mantenha qualquer vínculo com instituições religiosas ou entidades internacionais. "O vínculo do Projeto Kaiowá-Nandeva sempre se deu, e ainda hoje é assim, com instituições acadêmicas, basicamente em função dos dados antropológicos coletados".

Segundo o advogado, a

PKN é uma entidade sem fins lucrativos que atua no Mato Grosso do Sul desde 1976 e "tem se esforçado por manter-se à margem de disputas entre entidades indigenistas e, mais ainda, partidárias". Sua metodologia de trabalho, segundo Jorge Ney, é definida com base nos conhecimentos antropológicos. A nota informa que Adélia Pereira e Hilário Paulus (acusados, pelo administrador da Funai, de fazerem parte da PKN) "não pertencem, nem jamais pertenceram, aos quadros desta instituição".